

MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) MINISTRO(A) PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

_____,
Associação/Entidade representativa da categoria ou grupo, inscrita no CNPJ sob nº

_____,
com sede na _____,
neste ato representada por seu(a) presidente

_____,
portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____,
local onde recebe intimações e avisos, vem, com fundamento nos artigos 5º, inciso LXXI,
da Constituição Federal, e na Lei nº 13.300/2016, propor o presente

MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO

em face do(a) _____,
(autoridade ou órgão responsável pela omissão), com endereço na

pelas razões fáticas e jurídicas que passa a expor:

I – DOS FATOS

1. A impetrante representa os interesses coletivos da categoria/grupo _____,
cuja atuação está diretamente relacionada ao exercício dos direitos previstos na Constituição
Federal.

2. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXI, assegura o direito de solicitar ao
Supremo Tribunal Federal a concessão
de mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos
direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à
soberania e à cidadania.

3. Contudo, até a presente data, o(a) _____
(autoridade ou órgão impetrado) não editou a norma regulamentadora necessária para garantir o
exercício do direito constitucional mencionado.

II – DO DIREITO

4. O artigo 5º, inciso LXXI, da Constituição Federal, dispõe:

"Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o
exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à

nacionalidade, à soberania e à cidadania."

5. A ausência da norma regulamentadora impede a plena fruição do direito constitucional que se pretende assegurar e protege a coletividade representada pela impetrante.

6. A Lei nº 13.300, de 16 de junho de 2016, regula o Mandado de Injunção Coletivo, conferindo legitimidade às associações e entidades representativas para impetrá-lo em defesa dos interesses coletivos e difusos.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- a) A concessão da medida liminar para que seja suprida a omissão legislativa, permitindo o exercício do direito constitucional cuja regulamentação está pendente;
- b) Ao final, a confirmação da liminar e a concessão definitiva do Mandado de Injunção, com a determinação para que o(a) impetrado(a) edite a norma regulamentadora necessária;
- c) A intimação do Ministério Público para que acompanhe o feito;
- d) A produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental e pericial, se necessárias;
- e) A condenação do(a) impetrado(a) nas custas processuais e demais cominações legais.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Local: _____

Nome do(a) Advogado(a)

OAB/UF nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-juris.com/mandado-de-injuncao-coletivo/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-juris.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.